

Desenvolvimento econômico do estado de São Paulo: a plataforma neoliberal como redutora da renda do trabalhador ante o incremento do capital

Economic development of the state of São Paulo: the neoliberal platform as a reducer worker's income face with the capital increase

Nathália Gonçalves Zaparolli

Mestra e Doutoranda em Ciência Política pela UFSCar

Resumo: O presente artigo busca comparar a acumulação de capital do estado de São Paulo em relação à redução da renda do trabalhador, no contexto neoliberal. Assim, as políticas neoliberais serão discutidas, como também entender a escolha do estado de São Paulo como objeto de estudo. Os dados para análise, capital *versus* renda, serão o levantamento do Produto Interno Bruto (PIB), PIB *per capita*, Salário Mínimo (SM) e Rendimento Médio do Total dos Empregos Formais (RMTEF), no período de 2003 a 2015, extraídos da plataforma da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). A análise é por meio do método qualitativo, estudo de caso, os dados coletados e interpretados analiticamente, com base no quadro teórico abordado, nas categorias de desenvolvimento econômico, distribuição de renda, desenvolvimento social. Resulta-se aos contrapontos entre desenvolvimento social e desenvolvimento econômico na dinâmica neoliberal, com acumulação de capital proveniente das políticas econômicas e atuação do mercado no estado de São Paulo, mas não repercute em condições de vida melhores para os trabalhadores. Conclui-se que o estado possui sua grandeza, ao passo que carrega consigo o espectro da pobreza.

Palavras chave: Acumulação de capital. Desenvolvimento econômico. Distribuição de renda.

Abstract: The present article seeks to compare the accumulation of capital of the State of São Paulo in relation to (reduction) of the workers' income, in the neoliberal context. Thus, neoliberal policies will be discussed, as well as understanding the choice of the State of São Paulo as the object of study. The data for analysis, capital versus income, will be the variables of the Gross Domestic Product (GDP), GDP *per capita*, Minimum Salary and Average Income of Total Formal Employment, between 2003 and 2015, extracted from the platform of the State System of Data Analysis Foundation (SEADE). The analysis is through the qualitative method, case study, the data collected and interpreted analytically, based on the theoretical framework addressed, in the categories of economic development, income distribution, social development. This results in counterpoints between social development and economic development in the neoliberal dynamics, with capital accumulation coming from economic policies and market performance in the State of São Paulo, but it does not reflect in better living conditions for workers. We conclude that the state possesses its greatness, while it carries with it the specter of poverty.

Keywords: Capital accumulation. Economic development. Income distribution.



1 Introdução

A redemocratização brasileira, a partir de 1985, foi um marco histórico no processo político brasileiro que veio acompanhada com um novo sistema de governar, de direcionar as políticas públicas, uma nova forma de intervenção do Estado. A classe política dominante influenciada por práticas internacionais de economia de mercado instalou um modelo baseado em medidas batizadas como neoliberais.

As medidas neoliberais começaram a se delinear no Brasil em meados de 1990. Passamos por uma reforma gerencial, estabilização monetária por meio de políticas de câmbio sobrevalorizado, juros altos e ajustes fiscais, em suma, o norte das ações do governo foi a tentativa de seguir uma orientação política mais desestatizante e internacionalizante, pelo que se buscou diminuir a importação e atrair capital externo como fonte de financiamento e investimentos, concessões e criação de agências reguladoras (BRESSER-PEREIRA, 1998; SALLUM JR., 2003).

O estado de São Paulo, quase concomitante com a federação, também passou a ter governos nos quais políticas neoliberais eram realizadas. Inserido nessa perspectiva, esse artigo pretende mostrar como essas políticas pautadas no espectro do neoliberalismo influenciam os ganhos do trabalhador, por meio da formação de sua renda em contraposição ao incremento do capital, no intuito de fomentar o debate e compreender como isso influenciou a qualidade de vida da classe trabalhadora.

Pauta-se que, além de ser um estado no centro do desenvolvimento econômico do Brasil, ou seja, possui protagonismo histórico e econômico, se torna primordial compreender as facetas desse neoliberalismo, no tocante às consequências na vida da população em geral. Dessa forma, a problemática aqui exposta é: a acumulação de capital em contraponto com a diminuição de renda do trabalhador formal.

Essa primazia do desenvolvimento econômico e acumulação de capital poderia proporcionar qualidade de vida para a população, direta ou indiretamente. Com base na pesquisa que discorreremos a seguir, notamos a distribuição desigual de rendas e, por consequência, o cidadão comum fica, em diversas circunstâncias, à margem dos prazeres (materiais ou não) que o capitalismo pode oferecer.

No esforço de compreender o problema aqui proposto, partiremos do método qualitativo de análise de dados, cujas variáveis argumentativas envolvem Produto Interno Bruto (PIB), PIB *per capita*, Salário Mínimo (SM) e Rendimento Médio do Total dos Empregos Formais (RMTEF) e, no comparativo com o RMTEF, utilizares o salário mínimo (SM). A série histórica adotada foi de 2003 a 2015.

O artigo está organizado da seguinte forma: no primeiro tópico, abordaremos as origens do liberalismo e neoliberalismo, dessa forma podemos definir o conceito daquilo que chamamos por neoliberalismo e até este ser incorporado na política brasileira. Por fim, como foi esse processo neoliberal nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Segundo tópico, abordaremos rapidamente a história do estado de São Paulo, a fim de mostrar sua significância em relação ao quadro político-econômico nacional e os motivos, portanto, para estudá-lo, posteriormente analisaremos os governos neoliberais desse estado, no período proposto pela pesquisa. No terceiro tópico, as escolhas das variáveis, os levantamentos de dados e seus resultados. Por último, as considerações finais, uma sinopse crítica das principais discussões e resultados.

2 Políticas neoliberais: origens e no Brasil

Em Alcântara (2017), os ideais liberais quase se confundem com as mudanças que se iniciam na Inglaterra nos séculos XVI e

XVII, com a propriedade tipicamente capitalista. Tínhamos o trabalho do campesinato como um sistema de exploração do trabalho excedente. Com a ascensão do capitalismo, essa lógica do trabalho se alterou para exploração do excedente de trabalho, estabelecendo uma nova ordem social, nas quais as relações de propriedade eram em conformidade com a dominação política. Interligado a esse movimento, se reivindica uma nova moralidade, centrando-se no indivíduo proprietário, no individualismo, uma sociabilidade capitalista. Esses eixos eram a base de um novo ordenamento da vida social, o ideário liberal, ou liberalismo como ficou conhecido.

Esse movimento descrito acima, juntamente com as ideias do Racionalismo e Iluminismo e, posteriormente, consagrado pelo livro de Adam Smith, *A riqueza das nações* (primeira publicação em 1776), podemos dizer que as bases da economia política clássica ali se fundamentam, se estabelece a primazia do mercado (absolutamente neutro e auto regulamentado), o individualismo (escolhas rentáveis seriam ao mesmo tempo mais produtivas para a população como um todo) e essa nova ordem econômica aconteceria sem a intervenção estatal. Temos, basicamente, as bases do liberalismo econômico, cuja finalidade é a obtenção de riqueza privada (LEME, 2010).

Com o passar de basicamente dois séculos, a mão invisível, em determinados momentos, pode ser fragilizada, ou seja, temos a perspectiva que mesmo numa livre concorrência, pautada em interesses individuais, caso as leis econômicas não conseguissem manter tal dinâmica, era papel do estado garantir essas leis, ou seja, o progresso e as liberdades individuais dos capitalistas estariam, em determinadas situações, sob a custódia do estado (PASSET, 2002).

Temos assim duas ideias de liberalismo. Na primeira, o estado tem apenas a função da segurança nacional, já na segunda, adquire mais responsabilidades, cujas propostas foram formuladas pelos chamados neoclássicos. Tais ideias, chamadas posteriormente de neoliberais, vieram com o propósito de resolver a crise econômica

de 1929, com a Grande Depressão. Outro modelo foi proposto para lidar com essa crise na mesma época, o chamado de *Welfare State*, proposto inicialmente por Keynes que, em suma, significava a defesa de um estado mais intervencionista e com gastos sociais¹. Este modelo foi adotado por diversos governos no mundo e o neoliberalismo, de certa forma, ficou latente (LEME, 2010).

Após a Segunda Guerra Mundial, as ideias do neoliberalismo retornaram, principalmente na América do Norte e na Europa, países onde o capitalismo já estava consolidado. Esse “novo” fenômeno criticava a regulação social, uma vez que prejudicava as liberdades individuais e a livre concorrência. Para os neoliberais, os gastos do governo nas áreas sociais, conquistadas por meio de lutas dos sindicatos e movimentos operários, prejudicava a dinâmica do mercado, uma vez que reduzia os lucros empresariais. Assim, começou a ganhar espaço em países que enfrentavam baixo crescimento e alta taxa inflacionária. O mais emblemático dessa arena política é que a proposta foi de intervenção estatal contra movimentos sindicais, mas primou pela não intervenção (ou pouca) em relação às trocas econômicas (ANDERSON, 1995).

Na mesma discussão a respeito sobre esse reordenamento estatal, HIBOU (2012) pontua precisamente, é uma conciliação de uma mão de obra barata, disciplinada, ilegal, juntamente com a instauração da flexibilidade, concorrência e a competitividade, além de administrar uma segurança baseada no monitoramento e na disciplina da população. Essa disciplina pode ser praticada por meio da legislação trabalhista (vimos claramente em 2017 isso ocorrer no Brasil com a “nova” Consolidação da Legislação Trabalhista); por meio de agências de emprego temporário²; e, principalmente, com

¹ Para um melhor entendimento do que foi e como se realizou o *Welfare State*, ver Marshall (1963).

² Essas empresas são especializadas em buscar e contratar profissionais, pessoas físicas ou instituições, para empregos/trabalhos temporários, com ou sem possibilidade de efetivação, a fim de atender em caráter temporário as necessidades de uma empresa. A título de exemplificação, uma das formas desse agenciamento, no período de festas no final do ano, diversas lojas costumam aumentar seu quadro de funcionários ao contratar mais mão de obra, devido às jornadas de trabalho estendidas, ou aumento do volume de consumidores, por conseguinte necessidade de mais atendentes.

a empresas transnacionais, espaço e mão de obra barata e de acordo com suas exigências (redução da cobrança de impostos, não pagamento por danos ambientais, diversas concessões).

Não se trata necessariamente de um estado pequeno, não intervencionista em qualquer sentido. Trata-se das diferentes maneiras nas quais o estado interfere e para quais áreas se direcionam os gastos públicos. Gastos com políticas sociais não condizem com um desenvolvimento econômico adequado para os modos capitalistas, tanto que Pochmann (2001) discorre a respeito do estado mínimo ser um dos mitos dessa era neoliberal, conseqüentemente levaria ao crescimento econômico sustentável. Por isso reduzir tais gastos favorece, em grande medida, redirecionamentos para políticas econômicas (como não cobrança de impostos nas grandes fortunas, heranças, ou perdão, negociação de dívidas de bancos) e com a gestão do medo, favorece inculcar no cidadão comum o ideário neoliberal e sua responsabilidade pelo próprio sucesso.

Nesse movimento de países adotando o sistema neoliberal em seus governos, juntamente com o processo de globalização, no qual as externalidades influenciam nos processos e escolhas internas (mundo – Brasil). No início da década de 1980 esses ideais chegam ao Brasil, num período, como já colocado, de baixo crescimento econômico, alta dívida externa e inflação.

Resumidamente, passamos nas últimas décadas por crises internacionais que reverberaram nacionalmente, como também alguns impasses internos. Se tomarmos o ponto de partida a queda da economia brasileira na época da ditadura (no período de 1964 a 1985), passamos pela crise do Petróleo em 1973, fim da Guerra Fria, mais crise econômica no começo da década de 1990, chegando ao ápice da dívida externa e indicadores inflacionários altos. Até o ano 2008, como um dos fatores a exploração imobiliária, provocando intervenção do estado em defesa das instituições financeiras (KRUGMAN, 2009; MAZZUCHELLI, 2008) e, pontuado por Candiotto

(2015), colapso social e econômico dos países do sul da Europa em torno da estabilidade do euro.

Com o intuito de pontuar alguns marcos de crises econômicas, que na tentativa de reestruturar o país, geraram desavenças políticas e diversas estratégias para vencer essas barreiras. Nesse sentido, o neoliberalismo entra em cena no Brasil, tardiamente se comparados a outros países da América Latina, como Chile e Argentina. Iniciando-se no mandato de Fernando Collor de Mello, de 1990 a 1992, e se estendendo para os governos de Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2003 (LEME, 2010).

Assim, politicamente, passamos a partir de 1985 pelo processo de redemocratização do país. Os marcos do neoliberalismo político³ foram o Programa Nacional de Desestatização e Reforma Gerencial dos anos 1990. Basicamente, propunham ações do governo na tentativa de seguir uma orientação política mais desestatizante e internacionalizante, pelo que se buscou diminuir a importação e atrair capital externo como fonte de financiamento e investimentos, concessões e criação de agências reguladoras (SALLUM JR., 2003). No quesito do neoliberalismo econômico, estabilização monetária por meio de políticas de câmbio sobrevalorizado, juros altos e ajustes fiscais, priorização das políticas fiscais e monetárias (BRESSER-PEREIRA, 1998).

Como destaca Carleial (2015, p. 204):

O projeto neoliberal implantado tinha as seguintes características: a) controle da inflação; b) abertura comercial com o objetivo de ampliação da competitividade e privatização das grandes empresas governamentais; c) desregulamentação financeira e dos mercados de trabalho; e d) controle dos gastos públicos, com a redução do papel do estado.

Na esfera federal, esse foi o sistema adotado para gerenciar as políticas públicas do governo. Em 2003, iniciou-se um governo preocupado com as políticas sociais, implantou-se o programa Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Ações Afirmativas nas

³ Pontuamos liberalismo econômico e liberalismo político, no sentido de diferenciar as medidas adotadas para o sistema econômico e político, lembrando que estão interligados, possuem as mesmas máximas, que seria o liberalismo como ideologia, como ordenamento de toda vida social.

Universidades Federais, dentre outros, com o objetivo de diminuir desigualdades históricas. O presidente na época era Luiz Inácio Lula da Silva.

O foco passa a ser maior intervenção do estado sobre o mercado, com incentivos estatais nas atividades produtivas, proteção do estado para os mais pobres, juntamente com estímulo para o desenvolvimento privado, mas com uma perspectiva social diferente do governo anterior (SINGER, 2009). Assim, por que persistimos em fundamentar a existência de uma política neoliberal? Porque a lógica do capital permaneceu presente na forma de gerenciar o estado, há subordinação das políticas sociais, frente às políticas econômicas, como argumentado em Iamamoto (2008), as políticas sociais estão à mando das medidas orçamentárias.

No primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), buscou-se manter as políticas que promovessem a diminuição das desigualdades econômicas e elevadas taxas de crescimento econômico, mas ainda atravessada pela necessidade de reagir à crise econômica mundial, cujo marco foi em 2008. Corsi (2016) relata que em 2011 já se inicia a elevação moderada dos juros, devido à alta dos preços e às políticas de metas de inflação da época. Em complemento, Bresser-Pereira (2013) argumenta que em diversos momentos ela se deparou com a marca neoliberal da economia: superávit primário, câmbio flutuante e meta de inflação, medidas para taxa nominal elevada e taxa de inflação reduzida, como consequência taxa de juros real altas, assim favorecendo os capitalistas e rentistas. Para esse mesmo autor, Dilma não conseguiu reverter essa lógica macroeconômica, um dos motivos foi não ter apoio da sociedade civil para concretizar as mudanças necessárias, apesar de que sua base aliada diminuiu grosseiramente dentro do Congresso também, desde sua posse até seu *"impeachment"*.

Mesmo com tamanha pressão, ela apostou no que chamam de política econômica heterodoxa, implantando a redução de juros, em

acordo com a atuação dos bancos públicos, novamente, devido a intensas críticas, recuou. Com as crises pelas quais passou seu mandato, crise de crescimento de países emergentes, crise do euro, *etc.*, a estratégia foi aumentar o estímulo no investimento privado, medida já adotada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por exemplo. Outra característica, o setor financeiro continuou aumentando seu patrimônio líquido, marcado pelas empresas multinacionais (CARLEIAL, 2015). Mesmo com investimentos estatais em políticas sociais, as medidas neoliberais regiam a forma de governar⁴.

3 Neoliberalismo e o estado de São Paulo

Estudar o estado de São Paulo quando se trata de desenvolvimento econômico e neoliberalismo é emblemático. Faremos uma recapitulação sucinta da história de São Paulo, apenas com o intuito de mostrar alguns marcos que em seu conjunto influenciaram no desenvolvimento do estado.

Inicialmente, ainda enquanto província, São Paulo praticava a agricultura de subsistência, procurou-se implantar a monocultura da cana-de-açúcar. No século XVII, tivemos o movimento que ficou conhecido como “as bandeiras” formado por paulistas em expedição à procura de metais preciosos no interior do país. Nos séculos XVIII e XIX, começou o destaque econômico de São Paulo, houve expansão do cultivo do café e implantação das ferrovias. Com o “fim” do sistema escravocrata, recebemos uma grande quantidade de imigrantes para trabalhar no cultivo da lavoura. Desde o século XX até atualmente, com a prosperidade do capital, o estado foi se transformando urbanística e culturalmente, aumentando seu parque industrial, seu poder político frente às questões nacionais (HISTÓRIA, s/d).

⁴ A análise do artigo vai até 2015. Como sabido, Dilma sofreu processo de Impeachment em 2016, assumindo seu vice Michel Temer, que manteve mais que nunca medidas neoliberais de desmonte das políticas sociais, privatizações, juros altos, aumento das desigualdades em prol do discurso do desenvolvimento econômico.

A queda do café, influenciada também pelo *crash* da Bolsa de Nova York em 1929, marca o começo da ascensão do *Welfare State* em países industrializados ocidentais, como os Estados Unidos. O Brasil, como um todo, foi impulsionado por um processo de industrialização na era de Getúlio Vargas. Nesse período, tratava-se de uma política econômica valorativa do capital nacional, desvalorização do capital externo (DRAIBE, 1985). São Paulo foi um dos carros-chefes nesse processo, uma vez que já tinha estrutura urbana e recursos para tal empreendimento. Assim, nas décadas seguintes, passou a ser o mais expressivo produtor de capital, com o maior parque industrial do país (HISTÓRIA, s/d).

Não podemos deixar de pontuar, as Indústrias Matarazzo como ícone do desenvolvimento paulista, tendo como matéria prima o algodão e suas origens ainda no começo do século XX. Têm papel importante na história da industrialização paulista, uma vez que definem um modo de produção industrial, também por se constituir paralelamente à lavoura do café, ambas fontes impulsionaram riquezas para o estado (VICHNEWSKI, 2004).

Explanado de forma sucinta a histórica do estado de São Paulo e um pouco das origens de seu protagonismo, partiremos para análise das políticas neoliberais no período proposto, de 2003 a 2015. Com isso, conseguiremos situar o leitor do quadro político e econômico que se encontrava o estado, tais apontamentos nos auxiliará na interpretação dos dados coletados e seus cruzamentos analíticos.

Durante esses 13 anos abordados aqui na pesquisa, o estado foi governado pelo mesmo partido, o PSDB, exceto em uma ocasião, em 2006, quando o vice-governador Cláudio Lembo do Partido Social Democrata (PSD) tomou posse. Naquele ano, o então governador Geraldo Alckmin havia saído para concorrer à presidência da República. No entanto, quem venceu foi Luiz Inácio Lula da Silva.

Em relação a um projeto de governo peessedebista, podemos ver em Guiot (2010), a partir de documentos do próprio partido, a

argumentação que o PSDB desde sua formação adota o discurso neoliberal, por mais que não fosse homogêneo ideologicamente, no que se refere às suas publicações apontavam para uma orientação de temas da agenda neoliberal. Assim, busca ser o protagonista da aplicação dessa plataforma, podendo extrair de suas propostas a reprodução de setores hegemônicos do capital. Entre outras ideias de reforma do estado proposta pelo partido, fica mais nítido o ideário neoliberal, nos termos colocados no artigo:

Estava claro que, para o PSDB, “desprivatizar” significava convencer amplos setores sociais da necessidade de quebrar a resistência e a capacidade dos setores organizados em lutar por um projeto redistributivista no Brasil, desqualificando também qualquer organização sindical combativa do funcionalismo público que, capitaneados pela CUT, era apresentada como “corporativa”, “burocratizada”, “ineficiente” e, por isso, predadora do “bem comum”. Isso nos dá a certeza de que “desprivatizar” o estado, para o PSDB, significava “depurá-lo” de qualquer conteúdo popular e universalizante em favor dos interesses e demandas de alguns setores do capital. A busca era pelo interesse comum, mas dos setores empresariais, especialmente dos banqueiros (GUIOT, 2010, p. 236-237).

Antes de abordarmos algumas políticas, torna-se necessário pontuar que, apesar do Pacto Federativo decretado pela Constituição de 1988, no qual Federação, estado e municípios constituem entes federativos e, portanto, possuem responsabilidade próprias a respeito de determinados procedimentos políticos e econômicos, as políticas federais possuem grande influências nas políticas locais, tanto direta, quanto indiretamente, descentralizante no papel, no entanto nem todos os municípios possuem devida autonomia para elaborar ou desenvolver suas próprias políticas públicas (ARRETCHE, 1996).

Isso posto, as cidades do estado de São Paulo, dependendo de sua magnitude, principalmente orçamentária, passam por processos semelhantes. Ou seja, podemos pensar a autonomia (relativa) no sentido de que os orçamentos municipais são compostos de receitas advindas de sua própria arrecadação, como Imposto Predial Territorial e Urbano, entre outras; de receitas estaduais, por exemplo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, entre

outras; e receitas federais, como Fundo de Participação dos Municípios, entre outras. Isso é fundamental para complementar o próprio orçamento e, assim, conseguir implementar políticas públicas, ou realizar o pagamento de servidores públicos, *etc.* Assim, municípios de pequeno porte como Borá (SP) podem depender mais dos repasses federais e estaduais para suas ações em comparação a municípios de grande porte como Campinas (SP)⁵.

De forma gerencial e administrativa, políticas federais serviram de inspiração ou auxiliaram propostas regionais. Em termos de políticas sociais, uma delas foi a política de combate à pobreza, voltada, portanto, para o desenvolvimento social. O primeiro passo seria um cadastramento único em todos os municípios do estado, chamou-se inicialmente de Cadastro Pró-Social, assim o governo conseguiria mapear as áreas de maior vulnerabilidade. Apostou-se na descentralização e municipalização das ações sociais, como outras políticas também adotaram tal dinâmica. Esse cadastro foi implementado em 2004 e as diretrizes inseridas nos Planos Municipais de Assistência Social, de acordo com as particularidades de cada município (CASTRO, 2004).

De maneira mais específica, esse cadastramento do Sistema Pró-Social é um dos componentes do Projeto BID/SEADS – Avaliação e Aprimoramento da Política Social no estado de São Paulo, que recebeu investimento de 5 milhões de dólares do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para sua implementação, em 2004⁶. Em termos de inserção no sistema, os usuários, sendo eles as famílias beneficiárias (vinculadas) ou famílias elegíveis (não vinculadas) de programas de assistência social ou instituições que

⁵ A quantidade de pessoas residentes nas cidades é um fator que influencia a arrecadação. A população estimada de Borá, em 2021, foi de 839 pessoas, enquanto a população estimada, no mesmo ano, de Campinas foi de 1 milhão e 200 mil pessoas, aproximadamente. Presume-se, portanto, que Campinas só por esse fator arrecada mais que Borá. E, assim, a dependência de Campinas com os demais repasses pode ser inferior para realizar suas ações públicas. As informações demográficas de [Borá](https://cidades.ibge.gov.br/) e [Campinas](https://cidades.ibge.gov.br/) foram extraídas do portal [IBCG Cidades](https://cidades.ibge.gov.br/) [Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 11 maio 2022].

⁶ Informações extraídas do portal do Governo do Estado de São Paulo: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/eventos/desenvolvimento-social-bid-conclui-a-primeira-avaliacao-para-implantacao-do-cadastro-pro-social/>. Acesso em: 11 maio 2022.

oferecem programas de assistência social, são cadastrados por gestores públicos responsáveis. Existe vinculação com política federal, as pessoas que estão no CadÚnico Federal⁷ também podem se cadastrar no Pró-Social e receber benefícios estaduais, como o Programa Renda Cidadã⁸. Em termos de influências de políticas federais, assim como no Programa Bolsa Família, a mulher é considerada responsável pela família, em cujo nome é feito cadastro mesmo com cônjuge⁹.

Em relatório de avaliação do Sistema realizado pela Secretaria Estadual de Assistência (SEADS) e Desenvolvimento Social do estado de São Paulo com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e co-financiado com recursos do BID e do Governo do estado de São Paulo, no primeiro semestre de 2009, 9.767 instituições públicas e privadas, 198 programas e 1.637.122 famílias tinham sido cadastradas.

No sentido da busca por um desenvolvimento social, o governo estadual também possui o Programa Renda Cidadã, programa de transferência de renda, interligado a atividades complementares. O Programa Bom Prato oferece refeições para cidadãos de baixa renda. Ambos são promovidos pela Secretaria de Desenvolvimento Social, existem outros programas, como Família Paulista, que começou em 2016. Há investimentos em política social, no entanto tem a contrapartida¹⁰.

Por mais que se tivessem diversas iniciativas em políticas sociais, foi verificado uma diminuição nos investimentos nos últimos anos. Uma ressalva, o levantamento traz dados de 2011 e 2012 até 2017, mesmo que não aborde os anos anteriores como esse artigo

⁷ Para mais informações a respeito do Cadastro Único Federal em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico>>. Acesso em: 11 maio 2022.

⁸ Maiores informações a respeito do Programa Renda Cidadã em: <<https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/acoes-de-protecao-social/renda-cidada/>>. Acesso em: 11 maio 2022.

⁹ Informações a respeito do Sistema Pró-Social extraídas em: <<http://www.prosocial.sp.gov.br/PerguntasRespostasInterna.aspx#p3>>. Acesso em: 11 maio 2022.

¹⁰ Informações extraídas de: <<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/programas>>. Acesso em 01 abr. 2012.

se propõe, é um indicativo de tendência em cortes orçamentários dessas políticas governamentais, ou seja, mesmo que entre 2003 e 2012 houvessem aumentos, infelizmente essa política orçamentária não se prolongou ao longo dos anos. Inclusive, os Programas aqui comentados, como Renda Cidadã, caíram de aproximadamente 231 milhões de reais em 2011 para quase 49 milhões, evidente uma redução significativa. O Programa Casa Paulista, em 2011, foi de 178 milhões de reais para reduzir a 52 milhões, em 2017. Dos Programas avaliados, o único que apresentou aumento orçamentário foi o Bom Prato, aumento de 40,5% de 2012 a 2017¹¹.

Em um pronunciamento do então governador José Serra, em 2007, devido ao lançamento do Programa de Parcelamento Incentivado Estadual (PPI) do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços), alude a considerações intrigantes a respeito da sua percepção da política neoliberal implantada no Brasil e no mundo. Ele se indigna por não existir mais valorização da economia e sim da especulação financeira. Segundo Serra, antes incentivavam a produção e a inflação estava alta por causa da valorização do câmbio. Dessa forma, esse programa teria o propósito de favorecer a geração de bens de serviço, de agricultura e indústria, trazendo alívio na área produtiva, uma vez que se trata de renegociação com o estado.

Realmente, estamos num momento de bastante especulação financeira, tanto que as crises em 2008 e 2011 nos remetem a isso. No entanto, esse programa mencionado é apenas um pequeno exemplo das políticas adotadas pelos governos aqui em questão. Mesmo que parcela do dinheiro volte para o estado, devido ao desconto, grande parte ainda fica desfalcada. Há o alívio do setor produtivo mencionado, realmente sem dívidas, preocupações a menos, todavia repercute em maior capital acumulado para o setor empresarial. Inclusive, é comentado a respeito de programas semelhantes para a sonegação de impostos, outra ocorrência

¹¹ Informações extraídas de: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,governo-paulista-reduz-gasto-com-social,70002114571>>. Acesso em 01 abr. 2022.

comum que inviabiliza bilhões de arrecadação para o estado¹². No limite, essas medidas tendem a favorecer mais a elite que o cidadão comum, por conta da renúncia fiscal que os governos oferecem para os grandes empresários e produtores rurais.

Dessa forma, compreender esse período nos possibilita entender o âmago da questão que será colocada adiante na disparidade que se dará a partir daí e décadas seguintes até os dias de hoje. Como perceberemos ao longo do artigo, a riqueza produzida pelos paulistas não lhe é devolvida na mesma proporção, mas se capitaliza, primeiramente para os barões do café, depois grandes industriais e agora pelos banqueiros, numa escalada sem precedentes, aprofundando um abismo histórico que nos tolhe o futuro e nos faz envergonhar do passado.

A ênfase no modelo neoliberal se torna um objetivo a ser seguido pelo capital, a partir do momento em que se faz necessário aumentar a produtividade, diminuindo o uso da mão de obra, imprimindo tecnologia e inovação. Desde Taylor e Ford, com a descoberta da produção em série, menos trabalhadores são necessários para imprimir um ritmo alucinante de peças produzidas por hora – não necessariamente o avanço da tecnologia e inovação é algo ruim para a sociedade, muito pelo contrário, pois também pode proporcionar qualidade de vida, no entanto questiona-se a forma como é socializada essa tecnologia, assim como seus rendimentos, no quesito lucratividade das empresas, se há repasses ou não desses lucros aos trabalhadores, ou a tecnologia/inovação é acessível para grande parte da sociedade.

Dessa forma, São Paulo, como estado, como ente federativo do Brasil, refaz a sua escrita contábil, como uma das leituras possíveis investindo cada vez mais em máquinas e menos trabalhadores, protagonizando uma revolução que faz seu PIB

¹² Em relação a arrecadação nacional, o Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz) estimou em 2015 a sonegação de impostos na casa dos R\$420 bilhões de reais. Informações de: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,sonegacao-de-impostos-no-brasil-chega-a-r-420-bi-em-2015,1784149>> Acesso em: 01 abr. 2022.

alcançar desempenho semelhante ao de muitos países. Mas, isso não se deu de uma hora para outra, foram décadas de novas rotinas produtivas.

Paralelo a isso, criaram-se os cursos profissionalizantes, como a graduação tecnológica em Biocombustíveis e em Gestão Empresarial¹³, curso técnico em Administração¹⁴, dentre outros¹⁵ - para abastecer a falta de mão de obra dita qualificada, em detrimento dos cursos voltados para análise da realidade numa perspectiva mais crítica. Afinal, isso faria o trabalhador que estava sendo preparado para produzir, questionar o *status quo* vigente e despertar a consciência, numa visão mais marxista.

Como bem observado no presente artigo, o neoliberalismo enquanto ideologia¹⁶, dita as formas de ordenamento da vida política. Em outras palavras, as políticas adotadas pelos governos que se sucedem, fazem do regramento econômico a conduta a ser seguida no gerenciamento do estado. O discurso do acúmulo de capital para fazer frente às demandas da sociedade traduz para uma linha muito tênue, a plataforma desenvolvimentista e o roteiro neoliberal como agenda paulista.

O neoliberalismo não é só contexto, pois ele rege e atua na forma no desenvolvimento de um país, estado e cidade, e, no nosso caso, o estado de São Paulo. Com isso, analisaremos alguns dados que constituem-se em variáveis para o entendimento justamente disso, o protagonismo do desenvolvimento econômico e a figuração do desenvolvimento social. A teoria já nos diz isso e como perceberemos, os dados e a realidade estão intimamente conectados.

¹³ Maiores informações em: <<https://www.desenvolvimentoeconomico.sp.gov.br/piracicaba-e-porto-ferreira-ganham-fatec-e-etec/>>. Acesso em: 11 maio 2022.

¹⁴ Maiores informações em: <<https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/governo-cria-a-etec-de-itarare/>>. Acesso em: 11 maio 2022.

¹⁵ As instituições de ensino fornecedoras desses cursos no estado de São Paulo encontram-se aqui: <<https://www.investe.sp.gov.br/por-que-sp/mao-de-obra-qualificada/ensino-profissionalizante/>>. Acesso em: 11 maio 2022.

¹⁶ O termo ideologia é entendido pela concepção marxista como conjunto de proposições fundamentadas na sociedade burguesa, com propósito de constituir a hegemonia da classe dominante, disseminada como interesse coletivo comum.

4 Renda do Trabalhador ante o incremento de capital

Para contrapormos o social e econômico, trabalharemos com as variáveis do PIB, PIB *per capita* e RMTEF. O SM tem como função um comparativo do aumento (ou não) basicamente do poder de consumo do trabalhador, como fonte principal os dados coletados são da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), no período de 2003 e 2015. Mas antes de apresentarmos os dados coletados, é importante explicarmos as razões dessas escolhas.

O PIB nos revela a acumulação de todas as riquezas produzidas do estado, ou, do valor de mercado de todos os bens e serviços finais ao ano. O PIB *per capita* nos mostra o rendimento da população, na proporção do PIB gerado. O SM é a base para notarmos se houve achatamento do salário do trabalhador e o RMTEF, espécie do padrão do valor que recebe mensalmente, como o próprio nome já diz se trata de uma média, ou seja, mesmo assim há variações no rendimento do trabalhador, no sentido existem aqueles que possuem uma renda bem inferior a essa média.

Outra questão relevante, esse rendimento médio trata-se dos trabalhadores formais, uma vez que se consegue estabelecer de forma mais facilitada os valores para serem calculados, sem contar que há a agregação de empregos da área rural e da área urbana. No entanto, não podemos esquecer do montante de trabalhadores informais, com seus rendimentos informais, e que poderia aumentar ou diminuir esse valor médio.

Ainda sobre o rendimento médio, o próprio site do SEADE nos apresenta a forma como é calculado. Trata-se de vínculos empregatícios ativos até 31 de dezembro de cada ano, fornecidos pelos contratantes nos sistemas Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego. E vínculo empregatício é a relação de emprego com o empregador no ano-base submetidos às leis da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou pelo Regime Jurídico Único. O comparativo com o SM é no

sentido de conseguirmos estabelecer a redução do poder de compra ou não e, no limite, a melhoria ou não da qualidade de vida do cidadão. Sabemos que rendimento pode ser mais que salário, mas tratam-se de escolhas metodológicas, a fim de alcançar a compreensão das questões aqui expostas.

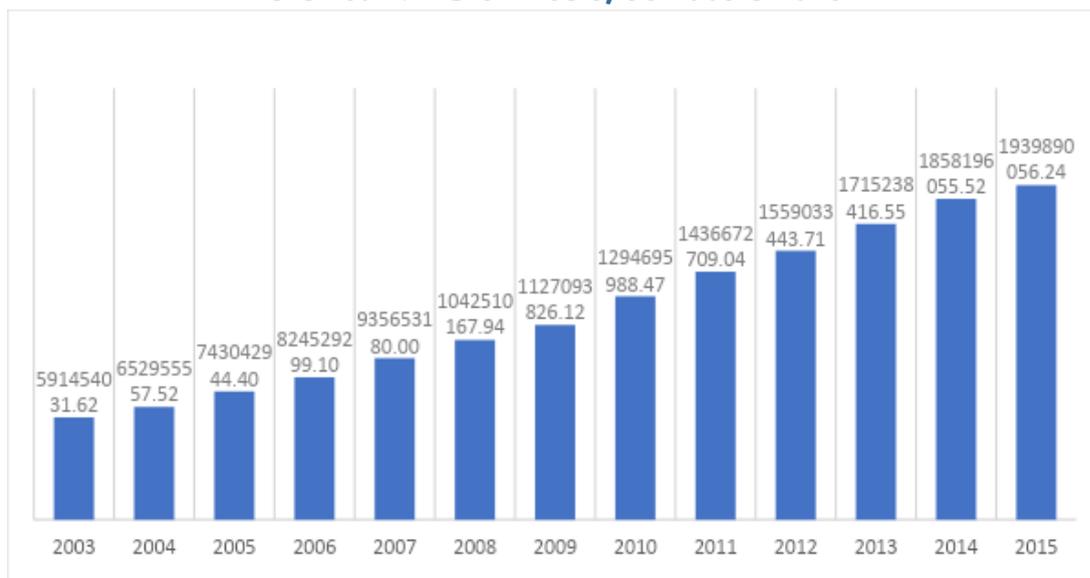
Dessa forma, mesmo que possa ter discrepâncias entre os valores reais dos rendimentos dos trabalhadores do país de modo geral e os calculados pelo SEADE, de toda maneira: primeiro é um dado oficial, isto é, os Ministérios e governos se utilizam dele para realizar suas políticas, segundo esses valores ainda assim nos permitem fazer análises e comparativos com a situação do trabalhador ao longo dos anos aqui propostos, com requisitos científicos.

No que se refere ao período, foi escolhido justamente para abranger um governo com políticas sociais e investimentos estatais nas áreas de melhoria de qualidade de vida, de modo amplo, mais pautado no poder de compra, no entanto como já apresentado não se descolou totalmente da lógica neoliberal, isso na esfera federal. Na estadual, permaneceu nesse período um governo que vem sendo pautado pela implantação de medidas neoliberais, perpetuando uma espécie de poder hegemônico desde 1994, com a eleição de Mário Covas. Geraldo Alckmin saiu candidato à presidência pelo Partido da Social Democracia Brasileira, em abril de 2018, assumindo seu vice Márcio França, do Partido Socialista Brasileiro. Depois, assumiu João Dória do PSDB, novamente.

A autora deste artigo apresenta os valores reais, mas seu foco ainda assim são os nominais, porque o interessante é notar como era a condição da população em 2003, em seus valores correntes da época, ou seja, época na qual vivia efetivamente. O mesmo raciocínio é aplicado para 2015. Em termos podemos verificar se aumentou efetivamente ou não o PIB, PIB *per capita* e RMTEF, mas os absolutos, nos mostra as condições de vida da população à época dos dados explanados.

Começaremos pelo PIB do estado de São Paulo ao longo desses mais de dez anos, como consta no gráfico 1, em valores correntes, posteriormente apresentaremos a tabela com a taxa de crescimento real em porcentagem.

Gráfico 1. PIB em reais, de 2003 a 2015

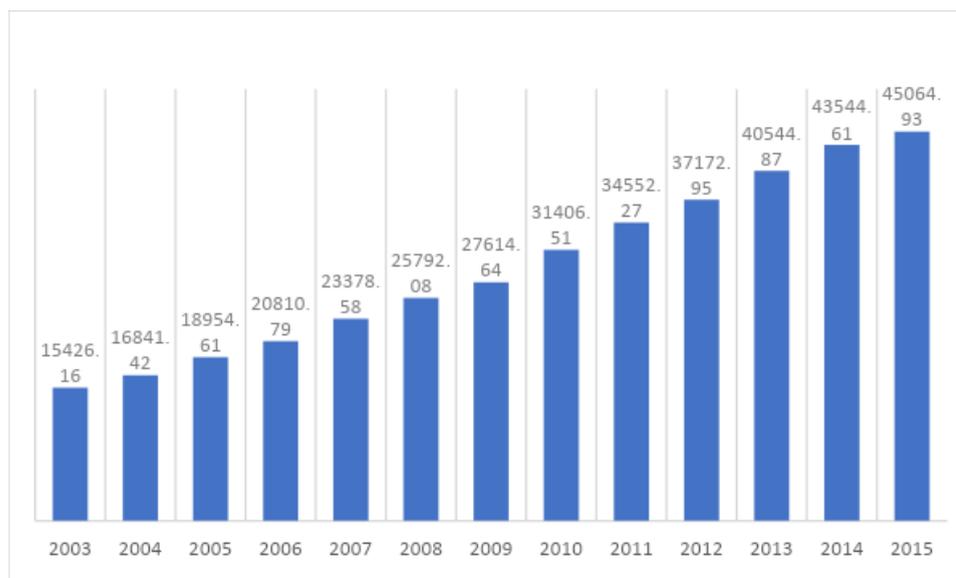


Fonte: <https://perfil.seade.gov.br>. Acesso em: 01 abr. 2022.

O gráfico 1 nos mostra que o PIB do estado de São Paulo cresceu nesses anos de análise. De, aproximadamente, 600 bilhões de reais para quase dois trilhões de reais, um aumento substancial de 330%. A arrecadação bruta do estado sem dúvidas foi significativa, a indústria, o setor comercial, os terceirizados, enfim todos os setores que englobam a produção econômica, no geral, tiveram aumentos financeiros. O incremento do capital se fez fortemente presente.

Apesar do aumento populacional do estado, de 39.340 mil para 44.400 mil habitantes¹⁷, os valores obtidos do PIB *per capita* também aumentam, em preços correntes, como podemos observar no gráfico 2, seguinte.

¹⁷ Dados extraídos de: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 01 abr. 2022.

Gráfico 2. PIB *per capita* em reais, de 2003 a 2015

Fonte: <https://perfil.seade.gov.br/>. Acesso em: 01 abr. 2022.

Como podemos observar em 2003, o PIB *per capita* era de aproximadamente 15.400 reais, já em 2015 triplicou-se, chegando ao valor por volta de 45 mil reais. Acompanhando o crescimento do PIB, que também triplicou. Isso nos mostra que o rendimento do cidadão, se a distribuição fosse igualitária, deveríamos ter uma renda na casa dos 40 mil. É uma outra fonte de dados que reflete a valorização do capital.

Apresentamos na tabela 1 a taxa de crescimento real do PIB e na tabela 2 o PIB *per capita*, colocada a população residente. Com esses valores atualizados, podemos perceber que de ano em ano tivemos uma frequência maior de aumentos do PIB e PIB *per capita* que o contrário. Anos com acréscimos bem expressivos como comparado de 2006 para 2007, aumento de 7,5% e 6,4%, respectivamente, e alguns anos com acréscimos incrementais, de 1,5% e 0,6%, respectivamente, de 2011 para 2012. Os anos mais significativos de decréscimos dessas variáveis foram 2014 e 2015, justamente anos nos quais o Brasil se inseria na crise econômica mundial, deflagrada em, principalmente, 2008 e 2011, depois de investimentos massivos em aumentar a renda do trabalhador e inseri-lo no mercado, chegando à estagnação desse tipo de política – possível leitura.

Desenvolvimento econômico do estado de São Paulo: a plataforma neoliberal como redutora da renda do trabalhador ante o incremento do capital

Tabela 1. PIB e Taxa de Crescimento do estado de São Paulo, de 2003 a 2015

Ano	PIB total (em milhões de R\$) Preço do ano anterior	Taxa de Crescimento (%)
2003	516.264	-0,5
2004	628.110	6,2
2005	679.181	4,0
2006	771.732	3,9
2007	886.058	7,5
2008	993.674	6,2
2009	1.041.369	-0,1
2010	1.212.954	7,6
2011	1.344.202	3,8
2012	1.457.850	1,5
2013	1.602.592	2,8
2014	1.691.613	-1,4
2015	1.781.510	-4,1

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE.

Tabela 2. PIB *per capita* e Taxa de Crescimento do estado de São Paulo, de 2003 a 2015

Ano	PIB total (em milhões de R\$) Preço do ano anterior	Taxa de Crescimento (%)
2003	13.465	-1,6
2004	16.201	5,0
2005	17.326	2,9
2006	19.478	2,8
2007	22.139	6,4
2008	24.584	5,2
2009	25.514	-1,1
2010	29.424	6,6
2011	32.328	2,9
2012	34.760	0,6
2013	37.882	1,9
2014	39.641	-2,2
2015	41.386	-5,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE.

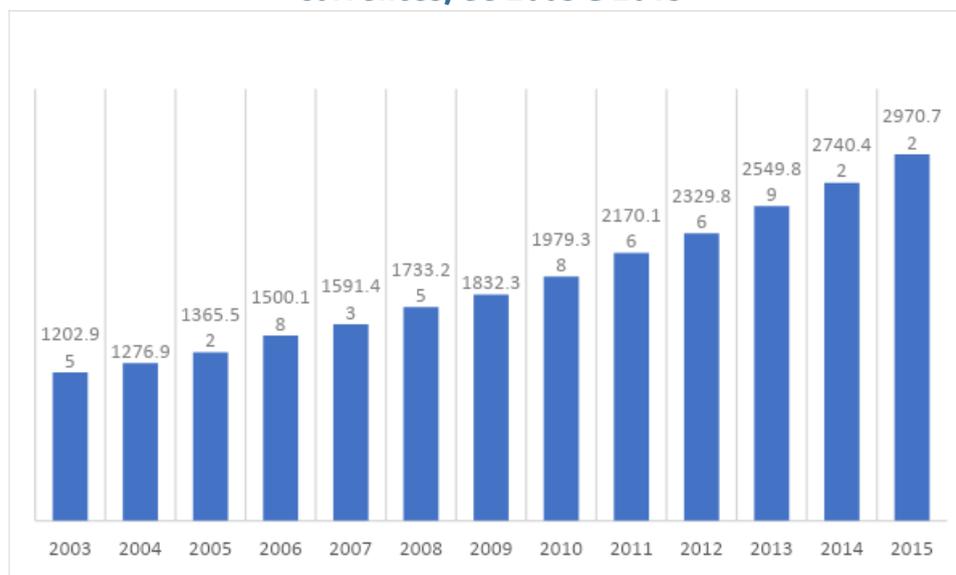
Pode ser também um indicativo das políticas neoliberais, que surtiram efeitos, um investimento no setor produtivo massivo, repercute diretamente no PIB. A baixa preocupação em investimentos nas áreas sociais, até mesmo cortes de gastos, favorecendo a acumulação de capital, de fato ocorrendo a acumulação de capital.

De modo geral, podemos entender que a situação financeira da população melhorou. No entanto, é um pensamento ingênuo, os dados seguintes nos mostrarão a situação mais próxima que se encontra a população em termos dos seus rendimentos. Rendimentos esses que também podem se reverter em qualidade de vida, no limite em desenvolvimento social, uma vez que se tivéssemos uma renda que cobrisse nossas necessidades básicas e ainda pudéssemos usufruir de artefatos, experiências, locais, juntamente com disponibilidade de tempo para tais coisas, isso também pode ser entendido como qualidade de vida, não só no consumo, mas em diversas esferas da vida.

Por esses motivos, trazemos o RMTEF que nos mostra o rendimento médio do emprego formal e, assim, nos ajuda a vislumbrar a realidade mais palpável da população. E para termos uma perspectiva melhor se houve achatamento do salário ao longo dos anos ou não, faremos o comparativo com o SM. Não podemos esquecer da inflação também, mas por questão metodológica, adotaremos o SM nominal, será uma análise em valores absolutos. Vale ressaltar, que em diversos anos não houve aumento de acordo com a inflação, mesmo que em termos absolutos houve aumento, isso representa outra medida de redução dos gastos do governo, nesse caso, federal, em áreas sociais, da distribuição de renda. Medidas comuns ao neoliberalismo.

Primeiramente, vamos apresentar os valores do RMTEF, conforme gráfico 3.

Gráfico 3. Rendimento médio do total dos empregos formais em reais correntes, de 2003 a 2015



Fonte: <https://perfil.seade.gov.br/>. Acesso em: 01 abr. 2022.

De 2003 a 2015, notamos que o RMTEF aumentou seu valor, de 1203 reais a quase 3000 reais. Podemos dizer, portanto, que o salário do trabalhador, em termos nominais, teve crescimento. No entanto, ao fazermos uma comparação de valores entre o PIB *per capita* e o RMTEF, a discrepância se torna evidente e clara. Aquele chega a valores, em 2015, de 40 mil reais e este a 3 mil reais, aproximadamente. Esses índices são calculados de maneiras distintas, mas o propósito é apontar para enorme diferença entre eles e refletirmos sobre a concentração de renda existente no país.

Em termos reais, o RMTEF ajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano de 2003 para o ano de 2015, temos a variação de R\$2650,00, aproximadamente. Mesmo em valores reajustados, o RMTEF aumentou. O INPC foi adotado, uma vez que estamos comparando esta variável com o SM, por sua vez calculado também a partir do INPC, podendo assim fazermos comparativos.

Esses dados evidenciam a concentração de renda presente no estado, consequentemente revela desigualdade econômica e mais amplamente desigualdade social. O estado de São Paulo está produzindo riqueza, o PIB vem para mostrar tal afirmação, mas essa

riqueza está concentrada, está na mão de poucos, que podemos dizer aqui centralizada nas elites. Essa é outra característica do sistema neoliberal – não só dele, mas sobretudo nele, uma vez que a lógica do capital impera, portanto, mercado e capital financeiro podem ser considerados máximas no processo de desenvolvimento – a desigualdade é um objetivo (atingido). Sinalizaremos na tabela 3, o salário mínimo de 2003 a 2015.

De fato, é notório o aumento do salário mínimo nessa pouco mais de uma década. Curiosamente, também houve uma triplicação do valor de 2003 a 2015, exatamente ampliação de 325%. Novamente podemos cair na ingenuidade de pensar numa valorização do SM, dada importância a política social pelo governo federal, no entanto colocadas as ressalvas da inflação, já sabemos que não é assim o encaminhamento dos governos no sistema neoliberal. Se ainda quisermos tomar em valores ajustados de 2003 para 2015, os R\$240,00 equivaleria a quase 530 reais comparando a 788 reais, aumento de 33%.

Tabela 3. Salários Mínimos, de 2003 a 2015

Ano	Salário Mínimo (R\$)	Aumento Percentual (%)
2015	788,00	8,84
2014	724,00	6,78
2013	678,00	9,00
2012	622,00	14,13
2011	545,00	0,93
2011	540,00	5,88
2010	510,00	9,68
2009	465,00	12,05
2008	415,00	9,21
2007	380,00	8,57
2006	350,00	16,67
2005	300,00	15,38
2004	260,00	8,33
2003	240,00	20,00

Fonte: <http://www.contabeis.com.br/tabelas/salario-minimo/>. Acesso em: 01 abr. 2022.

De todo modo, houve um achatamento do salário, pensando nas condições de vida do cidadão em 2003 e em 2015. Isso porque, ao compararmos o RMTEF, tomando como base o SM, em 2003 o rendimento médio se tratava de 5 SM. Já em 2015, caiu para 3,7 SM. Por mais que não pareça significativo esses valores, ao invés do salário do trabalhador ter aumentos reais a ponto de aumentar seu poder de consumo, que demonstraria um alargamento do salário, tivemos retrocessos, afinal achatou-o, ou seja, o cidadão tinha maior poder de consumo em 2003 que em 2015. Isso é um indicativo também da desvalorização das políticas sociais.

Vale a ressalva de que o SM é decreto de lei do governo federal, não é uma medida que cabe ao estado, mas que influencia diretamente nele, uma vez que é parâmetro para qualquer quantia de salário estabelecido. O SM em diversos anos já não houve aumento devido e ainda por cima o rendimento do trabalhador diminuiu comparativamente.

Dessa forma, se tem aí o aumento da riqueza no processo de acumulação ilimitada típico do neoliberalismo. Destoa de forma abrupta essa proeminência do capital ante o decréscimo da renda do trabalhador. A lógica de ação do neoliberalismo reverbera no crescimento da desigualdade que está diretamente relacionada ao aumento da produtividade, criando uma antítese entre capital e trabalho.

5 Considerações Finais

O neoliberalismo ingressou na política brasileira há cerca de duas décadas. Aliás, não só na política, como também nas formas de ordenamento social, se expressando através da cultura do consumo, da lucratividade, das liberdades individuais. No geral, ao reivindicar a lógica do capital, o mercado passa a interferir na vida do cidadão.

No tocante ao artigo, dentre os indicadores selecionados para compreender os contrapontos entre desenvolvimento social e

desenvolvimento econômico na dinâmica neoliberal, é nítida a acumulação de capital proveniente das políticas econômicas e atuação do mercado no estado de São Paulo. Isso traduz num PIB *per capita* expressivo, tais rendimentos possibilitaram melhores condições de vida para o cidadão. No entanto, quando comparamos com o rendimento do emprego formal, o RMTEF, notamos que efetivamente houve um achatamento salarial.

As análises extraídas desses dados, primeiramente a concentração de renda, a elite econômica está no topo das relações de poder, conseqüentemente exerce força política, uma vez que como o mercado impera, as finanças e a economia se atrelam ao campo político (campo pensado nos termos de Bourdieu). Segunda análise, a menor renda, acaba por influenciar a qualidade de vida, gerando dificuldades ao acesso à vida social e política, uma das privações mais fáceis de se observar diz respeito à mobilidade urbana, que impede o acesso até a educação e saúde. Terceira, há a desvalorização das políticas sociais, no sentido aqui empregado da distribuição de renda, enquanto o incremento do capital só aumenta.

Imaginar algo para além no neoliberalismo pode parecer difícil, no momento em que encontramos nosso país. Percebemos como o neoliberalismo se “reinventou” com o tempo e o próprio estado se reorganizou no intuito de praticar as políticas neoliberais. Já tivemos dois governos que se preocuparam em minimizar as desigualdades sociais e econômicas. Algumas alternativas à lógica puramente de mercado estão se configurando entre os cidadãos, como economia solidária, difusão de tecnologias sociais – sem deixar de pontuar que dentro do sistema capitalista, o mercado pode se apropriar de certas ideias, no entanto são formas plausíveis de tentar fugir dessa dinâmica.

De todo modo, conclui-se no presente estudo que São Paulo, como estado mais rico da federação, vem protagonizando essa força descomunal de desenvolvimento, no entanto não responde às expectativas sociais de sua população – exceto nos dois últimos

anos de análise, mas que também pode ser um indicativo do colapso desses tipos de políticas econômicas. Ao contrário, a dívida histórico-social se acumula e se torna impagável. O neoliberalismo paulista é assim, um cartão de visitas que produz delírios por sua grandeza, ao passo que carrega consigo o espectro da pobreza. Apresenta-se um estado rico, um povo pobre, questões essas que o artigo procurou analisar.

Referências

ALCÂNTARA, Pedro Henrique. Liberalismo contra a democracia. **Revista Novos Rumos Sociológicos**, vol. 5, n. 8, ago./dez. 2017.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ARRETCHE, Marta. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 31, v. 11, p. 44-66, 1996.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O governo Dilma frente ao "tripé macroeconômico" e à direita liberal e dependente. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 95, p. 5-15, mar. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000100001>. Acesso em: 01 abr. 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Uma reforma gerencial da administração pública no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 49, n. 1, p. 5-42, 1998.

CANDIOTTO, Cesar. Neoliberalismo e Democracia. **Princípios: Revista de Filosofia**, v. 19, n. 32, p. 153-179, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/7568>. Acesso em: 01 de abr. 2022.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 201-214, dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142015008500014>. Acesso em: 01 abr. 2022.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. A política de combate à pobreza do governo do estado de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 3-7, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392004000400002>. Acesso em: 01 abr. 2022.

CORSI, Francisco Luiz. A política econômica do governo Dilma: baixo crescimento e recessão. **Revista Novos Rumos**, v. 53, n. 1, p. 153-165, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/0102-5864.2016.v53n1.09.p153>. Acesso em: 10 mai. 2022.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses**: um estudo sobre a constituição do estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GUIOT, André Pereira. O programa neoliberal da terceira via do PSDB (1988-2002). **Tempos Históricos**, v. 14, p. 228-255, 2010.

HIBOU, Beatrice. Economic crime and neoliberal modes of government: The example of the Mediterranean. **Journal of Social History**, n. 45, v. 3., p. 642-660, 2012.

HISTÓRIA. **Portal do Governo do Estado de São Paulo**. São Paulo, s/d. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/historia/>. Acesso em: 01 abr. 2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

KRUGMAN, Paul. **A crise de 2008 e a Economia da Depressão**. São Paulo: Campus Elsevier, 2009.

LEME, Alessandro André. Neoliberalismo, Globalização e reformas do Estado: reflexões acerca da temática. **Barbarói**. n. 32, 2010.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

MAZZUCHELLI, Frederico. A crise em perspectiva: 1929 e 2008. **Novos estudos CEBRAP**, n. 82, nov. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002008000300003>. Acesso em: 01 abr. 2022.

PASSET, René. **A ilusão neoliberal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

POCHMANN, Marcio. **A década dos mitos**. São Paulo: Contexto, 2001.

SALLUM JR., Brasílio. Metamorfoses do estado Brasileiro no final do século XX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 52, p. 35-54, 2003.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 85, p. 84-102, nov. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-3300200900300004>. Acesso em: 01 abr. 2022.

VICHNEWSKI, Henrique Telles. As indústrias Matarazzo: patrimônio industrial no interior paulista (1920 –1960). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 2004, Campinas. **O lugar da história**. Campinas: ANPUH/SPUNICAMP, 2004.

Desenvolvimento econômico do estado de São Paulo: a plataforma neoliberal como redutora da renda do trabalhador ante o incremento do capital

Sobre a autora

Nathália Gonçalves Zapparoli

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP). É mestra e doutoranda em Ciência Política pela UFSCar. É pesquisadora dos Núcleos Associados de Pesquisa em Políticas Públicas, da UFSCar, e do grupo de pesquisa Federalismo, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Email: ngzapa@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9209-1194>.

Histórico

Recebido em: 01/04/2022. Aprovado em: 22/07/2022. Publicado em: 20/10/2022.